



PROJETO DE LEI N , DE 2020

(Do Sr. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO)

Dá nova redação e acrescenta o §14º ao artigo 73 da Lei Nº 9.504, DE 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral) onde proíbe-se servidores públicos, policiais civis e militares de participar de qualquer atividades políticas partidárias, reuniões em qualquer órgão público de apoio a candidaturas eletivas nas eleições nacionais, estaduais e municipais, , ou em qualquer reuniões partidárias durante horário de trabalho e fora do expediente dele nenhum servidor público, seja ele concursado ou detentor de cargo comissionado.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º O artigo 73 da Lei Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997(Lei Eleitoral), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

§14º .Proíbe os policiais civis e militares de participar de qualquer atividades políticas partidárias, de apoio a candidaturas eletivas nas eleições nacionais, estaduais e municipais, ou em qualquer reuniões partidárias durante horário de trabalho e fora do expediente dele nenhum servidor público, seja ele concursado ou detentor de cargo comissionado”.



Art. 2º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o Tribunal Superior Eleitoral, “As condutas vedadas (Lei das Eleições, art. 73) constituem-se em espécie do gênero abuso de autoridade. Afastado este, considerados os mesmos fatos, resultam afastadas aquelas. O fato considerado como conduta vedada (Lei das Eleições, art. 73) pode ser apreciado como abuso do poder de autoridade para gerar a inelegibilidade do art. 22 da Lei Complementar no 64/90. O abuso do poder de autoridade é condenável por afetar a legitimidade e normalidade dos pleitos e, também, por violar o princípio da isonomia entre os concorrentes, amplamente assegurado na Constituição da República.” (ARO nº 718, Acórdão de 24/05/2005, relator Ministro Luiz Carlos Madeira).

O projeto que apresento trás que os servidores públicos, policiais civis e militares, como agentes públicos, estes no exercício da função, deverão estar proibidos participar de qualquer atividades políticas partidárias, de apoio a candidaturas eletivas nas eleições nacionais, estaduais e municipais, ou em qualquer reuniões partidarias durante horário de trabalho e fora do expediente dele nenhum servidor detentor de cargo comissionado.

Assim, considerado a relevância da matéria apelamos para a imediata deliberação por parte desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em dezembro de 2020.

Deputado Federal **JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO**

PT/CE